



3 DE MAIO DE 2023

4 anos sobre a declaração do Primeiro-ministro, ameaçando com a demissão do governo se o Parlamento aprovasse lei para recuperar todo o tempo de serviço, como se previa

Ouvimos as palavras do Primeiro-Ministro António Costa proferidas há precisamente 4 anos! Os prejuízos para os professores são enormes, como confirmam os colegas que aqui estão.

Entretanto, é bom não esquecer que, em 18 de novembro de 2017, com os olhos postos no Orçamento do Estado para 2018 e na sequência de uma reunião que durou 10 horas, foi assumido o compromisso, pelo governo, de *"mitigar o impacto do congelamento"*, designadamente negociando *"o modelo concreto da recomposição da carreira que permita recuperar o tempo de serviço"*, garantindo *"que desse processo não resultam ultrapassagens"* e iniciando a *"recomposição da carreira já em 2018"*, através de um de modelo que, de acordo com a situação financeira do país, teria um faseamento *"com início da produção dos seus efeitos nesta legislatura e prevendo-se o seu final no termo da próxima"*. Na altura, desconhecendo-se a realização de eleições antecipadas, uma recuperação que terminaria este ano, em 2023.

No âmbito da discussão daquele Orçamento do Estado para 2018, a então Secretária de Estado Adjunta e da Educação garantia à comissão parlamentar de Finanças e Educação, durante a discussão em sede de especialidade, que *"Vai ser encontrada uma forma de recuperar esse tempo de serviço. Veremos com os sindicatos de que forma se fará o seu faseamento"*, referindo os 9 anos, 4 meses e 2 dias que tinham estado congelados.

Nesse Orçamento do Estado para 2018 consta a seguinte norma, proposta pelo Partido Ecologista os Verdes: *"em diálogo com os sindicatos, [o governo] garanta que nas carreiras cuja progressão depende também do tempo de serviço prestado, é contado todo esse tempo para efeitos de progressão na carreira e da correspondente valorização remuneratória"*. Esta norma foi aprovada também com os votos favoráveis do PS que se juntou a PEV, BE, PCP e PAN.

Quanto ao Primeiro-Ministro António Costa tendo chegado a admitir em entrevistas a recuperação do tempo de serviço, desde que faseadamente, veio, em 2 de julho de 2018, colocar em alternativa a requalificação do IP3 e a carreira dos professores.

Em 3 maio de 2019, colocou em cima da mesa a demissão do seu governo, como consequência da eventual aprovação de uma lei, pelo Parlamento, que efetivaria o que o governo não cumpriu. A ameaça surtiu efeito e o tempo de serviço dos professores não foi recuperado, porque os grupos parlamentares do PSD e do CDS, roendo a corda do compromisso que assumiram em comissão parlamentar, alteraram o sentido do seu voto juntando-se ao PS.

Até hoje está por recuperar o tempo de serviço, por requalificar o IP3, por se demitir o governo, por haver coerência e seriedade na direita parlamentar... só não ficou pelo caminho, nem ficará, a luta dos professores porque lutam pelo que é seu e quando lutamos pelo que é nosso nunca desistimos.

Chegados ao dia de hoje, saudamos todos os colegas que participaram nas greves que decorrem desde 17 de abril, saudamos em particular os colegas do distrito de Évora que hoje estão em greve e instamos os colegas dos distritos que se seguem, amanhã Coimbra até chegarmos a Lisboa em 12 de maio, para mantermos elevada a luta que decorre.

Não paramos, repete-se em cada concentração em cada manifestação. Não iremos parar. Iremos voltar a percorrer o país de uma forma diferente à que já o percorreu por duas vezes. Iremos fazer uma tremenda greve e duas manifestações em 6-6-23, o tempo que está a ser roubado daquele que esteve congelado. A seguir virá o final do ano, com avaliações e exames e será de grande irresponsabilidade o governo deixar a que se chegue a esse momento tão sensível das escolas.

Fizemos um desafio ao ministério e ao governo, que reiteramos, no sentido de o dia 6-6-23 ser um dia importante na história da profissão docente não pela grande luta que se prevê para esse dia, mas por nele se poder acordar, finalmente, a recuperação do tempo de serviço perdido no congelamento e nas vagas e de dispensar todos os docentes de vaga até ao momento da sua extinção.

As organizações sindicais propuseram ao governo a realização de negociação suplementar, com o objetivo de obterem resposta à proposta que apresentaram em 13 de março. Aguardamos a marcação de data. Lá estaremos para saber o que tem o ME a dizer, quer a essa proposta, quer ao dia 6-6-23. Até lá e, se continuar a ser necessário, depois desse dia, a luta vai manter-se porque os professores não desistem de lutar pela sua profissão, que é um dos pilares da Escola Pública de qualidade.

Lisboa, 3 de maio de 2023

Mário Nogueira

Secretário-geral da FENPROF